

**Segunda-feira, 9 de Junho de 2014**

**II Série**  
**Número 32**



# BOLETIM OFICIAL



<b>ÍNDICE</b>	
<b>PARTE B</b>	<p><b>PROVEDORIA DA JUSTIÇA:</b></p> <p><i>Gabinete do Provedor:</i></p> <p><b>Extracto despacho n° 560/2014:</b></p> <p>Nomeando, Ineida Albertina Lopes Corsino, para, exercer em comissão de serviço, o cargo de secretária do Provedor de Justiça. .... 883</p>
<b>PARTE C</b>	<p><b>CHEFIA DO GOVERNO:</b></p> <p><i>Gabinete do Primeiro-Ministro:</i></p> <p><b>Despacho n° 13/2014:</b></p> <p>Dando, por finda, no cargo de Director Clínico, vogal executivo do Conselho de Administração do Hospital "Dr. Baptista de Souza", Tito Lívio Ramos Rodrigues. .... 884</p> <p><b>Direcção-Geral da Administração Pública:</b></p> <p><b>Extracto despacho n° 561/2014:</b></p> <p>Desligados de serviço para efeitos de aposentação, Antero Madeira Galina Barbosa, ex-Director de Obras do quadro de pessoal do Instituto Nacional de Engenharia Rural e Florestas. .... 884</p> <p><b>Extracto despacho n° 562/2014:</b></p> <p>Desligados de serviço para efeitos de aposentação, Carlos António Fernandes, 1º subchefe da Polícia Nacional, do quadro de pessoal do Ministério da Administração Interna. .... 884</p> <p><b>Extracto despacho n° 563/2014:</b></p> <p>Desligados de serviço para efeitos de aposentação, José Gilberto da Silva Rosa, subcomissário, do quadro de pessoal do Ministério de Administração Interna. .... 884</p> <p><b>Extracto despacho n° 564/2014:</b></p> <p>Desligados de serviço para efeitos de aposentação, Maria Hondina Mendes Furtado, professora primária do quadro de pessoal do Ministério da Educação e Desportos. .... 884</p>

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES:**
**Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:**
**Extracto de despacho nº 585/2014:**

Prorrogando a data da apresentação de António Jesus Lima, transferido, da Embaixada de Cabo Verde na República Francesa para os Serviços Centrais do Ministério. .... 888

**Extracto de despacho nº 586/2014:**

Transferindo, Isa Maria Vera Cruz Morais Rodrigues dos Serviços Centrais do Ministério das Relações Exteriores para a Embaixada de Cabo Verde na República Francesa. .... 888

**MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR, CIÊNCIA E INOVAÇÃO:**
**Gabinete do Ministro:**
**Despacho nº 13/2014:**

Acreditação e registo do ciclo de estudos de Licenciatura em Contabilidade - Ramo Finanças Empresariais para funcionar no ISCEE. .... 888

**Despacho nº 14/2014:**

Acreditação e registo do ciclo de estudos de Licenciatura em Contabilidade - Ramo Auditoria para funcionar no ISCEE. .... 890

**Despacho nº 15/2014:**

Acreditação e registo do ciclo de estudos de Licenciatura em Gestão e Planeamento em Turismo para funcionar no ISCEE. .... 891

**Despacho nº 16/2014:**

Acreditação e registo do ciclo de estudos de Licenciatura em Gestão para funcionar no ISCEE. .... 893

**AGÊNCIA NACIONAL DAS COMUNICAÇÕES:**
**Conselho de Administração:**
**Deliberação nº 05/CA/2014:**

Aprova o regulamento de procedimentos de cobrança e entrega aos municípios da Taxa Municipal de Direito de Passagem - TMDP. .... 895

**Deliberação nº 06/CA/2014:**

Aprova as alterações do Regulamento de Registo de Domínio sob .cv. .... 896

**MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ:**
**Câmara Municipal:**
**Rectificação nº 47/2014:**

Contratando em regime de avença Alexandrino Gomes Mendes Tavares técnico superior. .... 903

**PARTE E**
**PARTE G**
**PARTE B**
**PROVEDORIA DA JUSTIÇA**
**Gabinete do Provedor**

**Extracto de despacho nº 560/2014** – De S. Ex.º o Provedor da Justiça:

De 20 de Maio de 2014:

Ineida Albertina Lopes Corsino licenciada em direito pela Universidade Jean Piaget de Cabo Verde, nomeada para, ao abrigo

do nº 1 dos artigos 24º e 27º e 31º do Decreto-Lei nº 10/2014, de 21 de Fevereiro exercer em comissão de serviço, o cargo de secretária do Provedor de Justiça.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no código 02, 06, 03, 06 do Orçamento Privativo da Assembleia Nacional para a instalação do Provedor de Justiça. – (Dispensado do visto do Tribunal de Contas).

O despacho produz efeitos a partir de 1 de Junho de 2014.

Gabinete do Provedor de Justiça, na Praia, aos 20 de Maio de 2014.  
– O Provedor de Justiça, António do Espírito Santo Fonseca.



utilizadas para a radiodifusão, sem prejuízo da exclusão referida na alínea b) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Legislativo n.º 7/2005;

- d) «Serviços grossistas» – os serviços de comunicações electrónicas fornecidos a outras empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas, para efeitos das suas ofertas aos clientes finais;

#### Artigo 3.º

##### Facturação aos clientes finais

1. A percentagem relativa à TMDP, aprovada anualmente nos termos do Decreto-Legislativo n.º 7/2005, pelos municípios nos quais seja cobrada a referida taxa, é aplicada sobre o valor de cada factura emitida, sem IVA, pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município.

2. Para os efeitos do número anterior, não devem ser considerados os valores de serviços que embora constem das facturas não constituam, nos termos da lei, serviços de comunicações electrónicas, tais como venda ou aluguer de equipamentos, consultoria, assistência técnica, configuração de equipamentos terminais, construção de sites ou páginas web, inscrição em listas telefónicas ou serviços de áudio-texto.

3. O serviço de postos públicos e os cartões virtuais de chamadas não estão sujeitos a TMDP.

4. Os serviços grossistas não estão abrangidos pelo presente regulamento.

#### Artigo 4.º

##### Sistema de informação das empresas

1. A base de dados de facturação das empresas sujeitas a cobrança e entrega da TMDP deve permitir, através de sistema de informação apropriado, produzir a informação necessária, por município, de modo a possibilitar o apuramento do valor de base de incidência, das respectivas percentagens e do cálculo do montante das taxas de forma transparente e audível.

2. Para os efeitos do número anterior, deve ser considerada a morada do local de instalação do cliente final, nos termos do n.º 1 do artigo 3.º, e não a morada de facturação ou a morada de cobrança, no caso dos clientes de factura única (grandes clientes) ou de cobrança centralizada.

3. Quando não seja possível atribuir um montante de facturação aos diversos locais de instalação dos clientes finais, designadamente no caso dos circuitos alugados, pode ser considerada a morada de facturação ou de cobrança.

4. O previsto no n.º 1 do presente artigo não dispensa a inclusão na factura, de forma expressa, do valor da taxa a pagar, conforme dispõe o n.º 3 do artigo 103.º do Decreto-Legislativo n.º 7/2005.

5. Os municípios devem disponibilizar às empresas sujeitas a cobrança e entrega da TMDP uma tabela de conversão entre números de código postal e áreas do respectivo município, bem como garantir a sua permanente actualização, por forma a assegurar a aplicação do disposto nos números anteriores.

#### Artigo 5.º

##### Entrega da TMDP aos municípios

1. As empresas sujeitas a cobrança e entrega da TMDP devem efectuar, com base no apuramento dos valores cobrados e até ao final do mês seguinte ao da cobrança, o pagamento da TMDP aos municípios.

2. O pagamento das TMDP aos municípios é feito através de cheque ou de transferência bancária.

3. Os municípios, após receberem o pagamento referido no número anterior, devem emitir o respectivo recibo de quitação e enviá-lo às empresas.

4. As regularizações financeiras favoráveis ou desfavoráveis aos municípios decorrentes de acertos e que, de uma forma geral, dêem lugar à emissão de notas de débito e notas de crédito podem ser adicionadas ou deduzidas, conforme o caso, na entrega prevista nos termos do n.º 1 no mês seguinte ao do apuramento de tais situações.

#### Artigo 6.º

##### Auditorias

1. As empresas sujeitas a cobrança e entrega da TMDP devem promover auditorias de dois em dois anos, a fim de comprovarem a conformidade dos procedimentos adoptados face ao Decreto-Legislativo n.º 7/2005, e ao presente regulamento e que assegurem a legitimação das informações

2. As Auditorias devem ser realizadas por entidades independentes, contratadas pelas empresas que estão sujeitas a cobrança e entrega da TMDP.

3. Os resultados das auditorias devem ser disponibilizados pelas empresas aos municípios que o solicitem e à ANAC, num prazo máximo de 30 (trinta) dias após a conclusão da auditoria.

4. Todas as empresas sujeitas a cobrança e entrega da TMDP devem comunicar à ANAC a data a partir da qual se verifica tal sujeição e por referência aos municípios abrangidos.

#### Artigo 7.º

##### Normas transitórias

1. Para os efeitos da aplicação do presente regulamento, as empresas de comunicações electrónicas devem fornecer aos municípios informação adequada, quanto à implantação, à passagem e ao atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos em domínios públicos ou privados municipais, de modo a constituir o suporte de informação necessário, no momento da aplicação inicial da TMDP.

2. A consideração da morada do local de instalação do cliente final, nos termos do n.º 2 do artigo 4.º, deve ser implementada obrigatoriamente até o dia 31 de Dezembro de 2014.

3. As empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, em local fixo, devem iniciar a cobrança e entrega da TMDP aos municípios, a partir do dia 1 de Janeiro de 2015.

O Conselho de Administração da Agência Nacional das Comunicações, David Gomes – Presidente, Carlos Lopes Silva – Administrador, Valdimiro Segredo – Administrador

#### DELIBERAÇÃO Nº 06/CA/2014

de 22 de Maio

Nos últimos anos, o Governo tem apostado fortemente nas políticas e programas para modernização tecnológica, tendo aprovado o Decreto-Lei n.º 14/2014, de 25 de Fevereiro, que altera o Decreto-Lei n.º 49/2009, de 02 de Novembro, e estabelece as novas normas gerais sobre o registo de domínio .cv. Tais regras visam a liberalização do domínio .cv, de acordo com as melhores práticas internacionais, designadamente as suportadas pelo ICANN – Internet Corporation for Assigned Names and Numbers, e WIPO – World Intellectual Property Organization.

A liberalização do registo de nomes de domínios, não permitir aos utilizadores registarem qualquer domínio, desde que nem correspondam a palavras ou expressões contrárias à lei, à ordem pública ou bons costumes, a qualquer domínio de topo da Internet, existente ou em vias de criação, a nomes que induzam em erro ou confusão sobre a sua titularidade, nomeadamente por coincidirem com marcas notórias ou de prestígio pertencentes a outrem, ou a quaisquer protocolos, aplicações ou terminologias da Internet, sendo estes entendidos como os que são definidos pelo IETF – The Internet Engineer Task Force, promovam comportamentos abusivos (violência, racismo, obscenidades, etc.).

Uma das principais inovações das novas normas gerais de registo de domínio .cv, traduz-se na possibilidade de permitir que qualquer pessoa, empresa nacional ou estrangeira possa ter um domínio .cv tornando assim mais célere o referido registo de domínio.

Realça-se que, com a aprovação das novas regras, os potenciais conflitos que possam originar em torno dos nomes de domínios passam a ser decididos depois de o domínio ter sido atribuído, por um centro especializado em questões de arbitragem, que proporciona garantias processuais às partes envolvidas, a ser criado por Portaria do Ministério da Justiça.



A implementação das novas regras de domínio, requer que seja adoptado um conjunto de medidas técnicas e administrativas paralelas, nomeadamente a implementação efectiva do centro de arbitragem, a criação de um *Business Plan* para o domínio .cv, adequação do sistema de informação actual as referidas regras. Neste sentido, foi definido um período de *vacatio legis* para a entrada em vigor do regulamento para o dia 1 de Janeiro de 2015.

Assim, nos termos do disposto na alínea a), do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 31/2006, 19 de Junho, que aprova os estatutos da ANAC e no número 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 42/2009, de 02 de Novembro e o artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 14/2014, de 25 de Fevereiro, o Conselho da Administração da Agência Nacional das Comunicações – ANAC, reunido na sua reunião ordinária de 22 de Maio de 2014, delibera o seguinte:

#### Artigo 1º

#### Aprovação

É aprovado o Regulamento que altera as regras do Registo de Domínio sob .cv, que segue em anexo e que faz parte integrante desta Deliberação.

#### Artigo 2º

#### Revogação

Fica revogada a Deliberação n.º 04/CA/2010, de 22 de Outubro, que aprova o Regulamento de Registo de domínio sob .cv.

#### Artigo 3º

#### Entrada em vigor

A presente Deliberação e os seus anexos entram em vigor no dia 01 de Janeiro de 2015.

Agência Nacional das Comunicações, na Praia, aos 22 de Maio de 2014. – O Conselho de Administração, *David Gomes* – Presidente, *Carlos Lopes Silva* – Administrador, *Valdmiro Segredo* – Administrador

#### ANEXO I

### REGULAMENTO DO REGISTO DE DOMÍNIO SOB .CV

#### CAPÍTULO I

#### Condições para o registo de domínios .cv

##### Secção I

#### Condições gerais

##### Artigo 1º

#### Definições

Para além das definições previstas no Decreto-Lei n.º 42/2009, de 2 de Novembro, que estabeleça as normas gerais sobre o registo de domínio «.CV», para efeitos do disposto no presente regulamento entende-se por:

- Agentes de Registo (Registrars) são entidades as quais se delega a competência de gestão e manutenção de nomes de domínio;
- IETF (*The Internet Engineer Task Force*) é uma comunidade internacional ampla e aberta que tem como missão identificar e propor soluções a questões/problemas relacionados à utilização da Internet, padronização das tecnologias e protocolos envolvidos;
- RFCs (*Request for Comments*) é um documento que descreve os padrões de cada protocolo da Internet;
- Servidores autoritativos é quando armazena um banco de dados localmente para entender a consulta sobre um dado domínio;
- WHOIS é um protocolo específico para consultar informações de contacto e DNS sobre entidades na internet;
- Zona DNS é uma parte adjacente de um espaço de nomes para qual um servidor é autoritativo.

#### Artigo 2º

#### Condições Técnicas

1. Para que um domínio seja delegado na zona .cv tem de preencher as seguintes condições:

- Estar tecnicamente associado a um servidor primário de nomes corretamente instalado e configurado, por forma a garantir uma resposta autoritativa para o domínio que se pretende registar;
- Garantir a redundância do serviço DNS através da configuração simultânea de um ou mais servidores secundários, os quais deverão estar preferencialmente localizados em edifícios diferentes não usando a mesma rede local;
- Ter os servidores configurados segundo as regras de parametrização e utilizações estabelecidas pelos RFC 819, 920, 874, 1032 a 1035 e 1101, bem como quaisquer outros documentos que venham a ser aprovados no futuro.

2. O registo de domínios apenas para efeitos de reserva do nome associado não carece da indicação de quaisquer dados técnicos.

#### Artigo 3º

#### Forma de Registo

Para registar um nome de domínio de .cv pode-se optar por:

- Efetuar o registo online, em [www.dns.cv](http://www.dns.cv), devendo obedecer às condições próprias de cada hierarquia, conforme as secções constantes deste capítulo; ou
- Recorrer a um dos Agentes de Registo (Registrars) acreditados pela ANAC, os quais constam de lista disponível em [www.dns.cv](http://www.dns.cv).

#### Artigo 4º

#### Condições Administrativas

A ANAC reserva-se o direito de efetuar um controlo *a posteriori* nos termos do previsto no artigo 24º do presente regulamento, relativamente aos domínios registados, garantindo a observância do estabelecido no presente regulamento.

#### Artigo 5º

#### Activação e Validade

1. O domínio ficará ativo após verificação cumulativa das seguintes condições:

- Registo conforme as condições técnicas e administrativas constantes no presente regulamento;
- Pagamento do preço de manutenção do registo de domínio .cv nos termos do artigo 27º do presente regulamento.

2. Caso não seja indicada a correta informação técnica ou esta não corresponda a servidores autoritativos, o domínio ficará reservado não aparecendo delegado na zona .cv.

3. O registo do domínio é válido pelo prazo correspondente ao seu pagamento, expirando, caso não haja vontade de renovação, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 37º e 38º do presente regulamento.

4. O registo deixa ainda de ser válido nos casos em que o domínio seja removido por motivos decorrentes da aplicação do presente regulamento, da lei, da decisão judicial ou arbitral.

#### Artigo 6º

#### Responsáveis pelo Domínio

Os responsáveis pelo registo de domínio são os seguintes:

- Titular - Pessoa singular ou colectiva que assume a titularidade do domínio. Compete-lhe a escolha do nome do domínio assumindo integralmente a responsabilidade pela mesma. O titular pode indicar uma entidade para gerir o processo de registo/manutenção, ou optar por assumir,



ele próprio, essas tarefas, efetuando o registo de utilizador *online*. No caso de se tratar de pessoa coletiva, deve ainda indicar o nome completo de uma pessoa singular a contactar em caso de necessidade.

b) Entidade administrativa - Responsável pela gestão do processo de registo/manutenção do domínio. Nesta medida, deve fornecer e manter atualizados os dados providos aquando do registo, quer para questões administrativas/financeiras quer para as questões técnicas, não tendo ANAC qualquer tipo de responsabilidade por dificuldades de contacto resultantes da não atualização ou incorreção destes dados. A entidade administrativa poderá ser uma entidade com estatuto de agente de registo (registrar) junto da ANAC, conforme lista disponível em [www.dns.cv](http://www.dns.cv).

c) Responsável técnico - Compete-lhe a administração técnica da zona DNS sob o domínio, responsabilizando-se pela configuração dos servidores de alojamento nesse mesmo espaço de endereçamento. Deverá ter conhecimentos técnicos, disponibilidade para receber e avaliar relatórios sobre problemas e, se for o caso, tomar as acções necessárias para os resolver. O responsável técnico será devidamente notificado dos problemas de natureza técnica que decorram do processo de registo/manutenção do domínio. Para além das informações indicadas no registo, deverá ser possível contactar o responsável técnico através de um endereço electrónico especificado no [www.dns.cv](http://www.dns.cv) que, por isso, deverá estar activa.

#### Artigo 7º

##### Contacto

O envio de eventuais documentação deve ser endereçado para o email [info.dns@anac.cv](mailto:info.dns@anac.cv).

#### Artigo 8º

##### Agentes de Registo (Registrars)

As competências e procedimentos dos agentes de registo será alvo de regulamento aprovado pela ANAC no âmbito das suas atribuições e competências legais.

#### Artigo 9º

##### Notificações

1. As questões de natureza administrativa e/ou financeira são tratadas diretamente com a entidade administrativa do domínio e as de natureza técnica com o respectivo responsável técnico.

2. O correio electrónico é o meio de contacto utilizado com os diversos responsáveis do domínio inclusive com os Agentes de Registo.

3. Reputar-se-ão sempre como válidas e entregues as notificações enviadas para os endereços electrónicos e números de contactos indicados pela entidade administrativa do domínio.

4. Para o envio de documentação, nomeadamente da referida no n.º 4 do artigo 24.º, deverá ser utilizado o correio electrónico indicado no artigo 7.º.

#### Artigo 10º

##### Condições Gerais para a Composição de Nomes

1. Salvo disposição em contrário, o nome do domínio a registar deve ter entre 2 e 63 caracteres pertencentes ao seguinte conjunto:

0123456789abcdefghijklmnopqrstuvwxyz

2. O nome de domínio pode ainda conter caracteres especiais do alfabeto português, devido à utilização de acentos e sinais gráficos, conforme tabela seguinte:

á	à	â	ã
ç			
é	ê		
í			
ó	ô	õ	
ú			

3. Como separador entre palavras apenas se aceita o carácter «-» (hífen), não podendo este ser utilizado no início ou no fim do nome de domínio. Exemplos possíveis: [cm-praia.cv](http://cm-praia.cv), [guarda-redes.com.cv](http://guarda-redes.com.cv).

4. Aceitam-se, ainda, como válidas as conversões de caracteres não incluídos nos números anteriores, quando esses caracteres constem da base ao pedido de registo, nos casos em que tal seja obrigatório por disposição deste Regulamento. Assim, designadamente:

O carácter "&" poderá ser convertido no carácter "e";

O carácter "@" poderá ser convertido no carácter "a";

5. Os números escritos por extenso poderão ser convertidos em algarismos e vice-versa.

#### Artigo 11º

##### Nomes de Domínio Proibidos

1. Para além das proibições previstas para cada hierarquia sob .cv, o nome de domínio não pode:

a) Corresponder a palavras ou expressões contrárias à lei, à ordem pública ou bons costumes;

b) Corresponder a qualquer domínio de topo da Internet, existente ou em vias de criação;

c) Corresponder a nomes que induzam em erros ou confusão sobre a sua titularidade nomeadamente coincidirem com marcas notórias ou de prestígio pertencentes a outrem.

d) Corresponder a quaisquer protocolos, aplicações ou terminologias da Internet, sendo estes entendidos como os que são definidos pelo IETF - The Internet Engineer Task Force

e) Conter dois hífen «-» seguidos na terceira e quarta posição;

f) Corresponder a um nome de âmbito geográfico, salvo para os registos na hierarquia .com.cv, na qual não se aplica esta proibição, e directamente sob .cv conforme a alínea b) do artigo 13.º.

2. O mesmo nome não pode ser registado mais do que uma vez em cada hierarquia.

#### Secção II

##### Registo de domínios sob .cv

#### Artigo 12º

##### Legitimidade

Podem registar nomes de domínio sob .cv todas as pessoas singulares ou coletivas.

#### Artigo 13º

##### Composição do Nome de Domínio

Salvo disposição em contrário, o nome de domínio registado directamente sob .cv deve obedecer às seguintes regras:

a) Ter entre 3 e 63 caracteres pertencentes ao conjunto conforme previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 10º;

b) No caso dos nomes geográficos, estes só podem ser legitimamente registados pela autoridade administrativa competente.

§ Entende-se por autoridade administrativa competente, a que exerça atividade administrativa sobre uma circunscrição geográfica restrita, nomeadamente, o Estado relativamente ao seu território, as autarquias locais em relação às respetivas circunscrições administrativas e os órgãos locais do estado relativamente à circunscrição administrativa em que exercem competências.



### Secção III

#### Registo de domínios sob .gov.cv

##### Artigo 14º

##### Legitimidade

Podem registar nomes de domínio sob .gov.cv as entidades que integram a estrutura do Estado de Cabo Verde.

##### Artigo 15º

#### Composição do Nome do Domínio

O nome de domínio registado sob .gov.cv deverá coincidir com a denominação do seu titular, abreviatura ou acrónimo deste, ou com o nome de projectos ou acções por ele desenvolvidos ou a desenvolver.

##### Artigo 16º

##### Entidade de Registo

O processo de registo de um domínio sob .gov.cv é efectuado junto da entidade responsável pela gestão da rede informática do Estado.

### Secção IV

#### Registo de domínios sob .org.cv

##### Artigo 17º

##### Legitimidade

Podem registar nomes de domínio sob .org.cv as organizações sem fins lucrativos.

##### Artigo 18º

#### Composição do Nome do Domínio

O nome de domínio sob .org.cv deverá coincidir com a denominação do seu titular, abreviatura ou acrónimo deste, ou com o nome de projetos ou acções por ele desenvolvidos ou a desenvolver.

### Secção V

#### Registo de domínios sob .edu.cv

##### Artigo 19º

##### Legitimidade

Podem registar nomes de domínio sob .edu.cv os estabelecimentos de ensino público e os titulares de estabelecimentos de ensino privado ou cooperativo.

##### Artigo 20º

#### Composição do Nome do domínio

O nome de domínio sob .edu.cv deverá coincidir com a designação atribuída no documento que identifique/reconheça a natureza jurídica do estabelecimento de ensino, ou com abreviatura ou acrónimo dessa designação, salvo se, neste último caso, resultar em inversão/aditamento ao mesmo.

### Secção VI

#### Registo de domínios sob .com.cv

##### Artigo 21º

##### Legitimidade

Podem registar nomes de domínio sob .com.cv todas as pessoas singulares e coletivas.

##### Artigo 22º

#### Composição do Nome de Domínio

O nome de domínio sob .com.cv apenas tem de observar as regras relativas às condições gerais de composição de nomes previstas nos artigos 10º e 11º.

### Secção VII

#### Outros registos

##### Artigo 23º

#### Registos baseados em critérios estabelecidos na Lei

Para além das possibilidades de registo de nomes de domínio referidas nos artigos anteriores, admitem-se, ainda, registos que obedeçam a condições que estejam expressamente tipificadas na lei.

### Secção VIII

#### Monitorização e apreciação

##### Artigo 24º

#### Monitorização e Remoção Imediata

1. Compete à ANAC apreciar e decidir sobre a conformidade dos registos efetuados com as normas constantes do presente Regulamento.

2. A ANAC assegura um mecanismo de monitorização diligente dos nomes de domínio registados nas hierarquias .cv, .org.cv e .com.cv, na qual se efectua uma apreciação sobre o cumprimento das regras de registo de nomes de domínio constantes neste Regulamento, designadamente, a sua não correspondência com palavras ou expressões contrárias à lei, à ordem pública, bons costumes, ou, no caso de .cv, a legitimidade para o registo de nomes de âmbito geográfico.

3. Nas hierarquias não referidas no número anterior é efetuado um controlo *a posteriori*, relativo à legitimidade, base de registo e, em geral, condições sobre admissibilidade de nomes dos domínios registados, por forma a aferir do cumprimento do presente regulamento.

4. Nos casos previstos no número anterior e sempre que se entenda, poderá ser solicitado à entidade administrativa do domínio em causa que, no prazo de 2 (dois) dias úteis, apresente cópia do(s) documento(s) de suporte ao registo.

5. O registo de um domínio será removido de imediato se, na sequência da apreciação efetuada, se confirmar que não foi cumprida alguma das condições previstas no presente regulamento.

6. Após remoção o domínio ficará disponível para registo pelos eventuais interessados.

### CAPÍTULO II

#### Manutenção

##### Artigo 25º

#### Condições técnicas

1. No caso de registos de nomes de domínio apenas para efeitos de reserva desse nome, a manutenção do processo não implica qualquer cumprimento de condições técnicas;

2. Para que a delegação de um domínio seja mantida na zona .cv, deve ser garantido um acesso permanente da Internet aos servidores de nomes indicados no processo, de forma a estes poderem ser consultados em qualquer momento, e a resposta destes servidores relativamente ao domínio em questão deve ser autoritativa.

##### Artigo 26º

#### Disponibilização e Atualização de Dados – Política WHOIS

1. O titular e a entidade administrativa do domínio autorizam que os dados relativos ao domínio, bem como os respetivos contactos, sejam colocados em suporte informático e divulgados na Internet, para consulta pelo público em geral, possibilitando a associação de um nome de domínio ao seu titular e aos responsáveis pela gestão do mesmo.

2. A política WHOIS e processamento de dados pessoais do Domínio de Topo de .cv obedece ao disposto na legislação aplicável, nomeadamente a legislação relativa à proteção de dados pessoais, prevista na Lei n.º 41/VIII/2013, 17 de Setembro e consta de Anexo a este Regulamento e que dele faz parte integrante.



3. Os titulares dos dados disponibilizados na Internet, têm direito de acesso aos mesmos devendo atualizá-los sempre que ocorra um facto que importe essa atualização.

4. Os titulares dos dados disponibilizados na Internet podem opor-se à sua divulgação devendo para o efeito informar, por escrito, dessa intenção.

5. Aquando do registo do nome de domínio é possível optar pela sua não divulgação [www.dns.cv](http://www.dns.cv), devendo para o efeito informar, por escrito, dessa intenção.

#### Artigo 27º

##### Pagamentos

1. O registo de um nome de domínio importa o pagamento de um preço de manutenção, conforme tabela publicada no sítio [www.dns.cv](http://www.dns.cv).

2. Para efeitos de aplicação do preço de manutenção a pagar será considerada a data de submissão ou renovação do domínio na base de dados.

3. O preço de manutenção cobre os custos de registo, gestão e manutenção do domínio.

4. No caso em que a entidade administrativa do domínio seja um agente de registo (*registrar*) os pagamentos devidos serão efetuados por esta.

#### Artigo 28º

##### Faturação

1. A ANAC disponibiliza as referências necessárias para o pagamento do domínio, conforme o meio escolhido para o efeito.

2. A primeira factura/recibo respeitante ao pagamento referido no número anterior é emitido e disponibilizado à entidade administrativa.

3. A entidade administrativa, é informada com a devida antecedência, da data de expiração do nome de domínio, alertando para a necessidade de renovação através do mecanismo disponibilizado *online* em [www.dns.cv](http://www.dns.cv).

4. O acionamento do mecanismo de renovação, importa o pagamento e emissão de factura/recibo para o período escolhido aquando da renovação.

5. O não acionamento do mecanismo de renovação implica que o domínio fique no estado provisório para eliminação, no prazo máximo de 30 dias durante o qual apenas pode ser reactivado em nome do seu titular.

6. Caso não se efectue a reativação no prazo referido no número anterior, o nome de domínio ficará livre para registo.

7. A forma de faturação aos agentes de registo (*registrars*) é efectuada conforme regras próprias, acordadas por protocolo com estas entidades, não se aplicando as regras gerais.

8. Salvo declaração em contrário aquando do registo, entende-se que o responsável pelo pagamento do nome de domínio adere ao sistema de faturação eletrónica nos termos da legislação em vigor.

#### Artigo 29º

##### Meios de Pagamento

Nos termos da lei, aceita-se como meios de pagamento, depósito e transferências bancárias e os pagamentos eletrónicos.

#### Artigo 30º

##### Revisão de Preços

1. Os preços de manutenção dos domínios poderão ser revistos, a todo o tempo, e sem necessidade de pré-aviso.

2. O valor a pagar é aquele que vigorar à data da fatura, não implicando a eventual atualização de preços na pendência do período coberto pelo pagamento efetuado, qualquer encargo adicional ou reembolso para o titular do domínio.

#### Artigo 31º

##### Valores pagos

Sempre que haja lugar à remoção imediata de um registo de nome de domínio, ao abrigo do artigo 24.º, a não se efetua a devolução do montante pago à data do registo.

#### CAPÍTULO III

##### Alterações

#### Artigo 32º

##### Procedimento

1. Para efetuar alterações aos dados constantes no processo deverá o contacto respetivo, utilizando as credenciais de acesso atribuídas aquando do registo, efetuar as alterações pretendidas *on-line*, as quais serão devidamente processadas, salvo casos de anomalia;

2. Caso as alterações impliquem mudanças de servidor primário e/ou secundários, o anterior responsável técnico deverá proceder à remoção das configurações respetivas nos antigos servidores de forma a garantir a correta utilização do domínio;

3. A alteração da titularidade de um domínio, depende de solicitação expressa do novo titular à ANAC, acompanhada dos documentos de suporte que legitimem essa transmissão, quando aplicável. Quando autorizada, a alteração será efectuada e dar-se-á conhecimento ao anterior titular, devendo o nome de domínio continuar a obedecer às regras de composição do nome previstas para a hierarquia respetiva.

4. Sempre que exista uma decisão arbitral ou judicial proceder-se-á, alteração da titularidade de um domínio.

#### Artigo 33º

##### Alteração do nome de domínio

O nome de um domínio, depois de registado, não pode ser alterado.

#### CAPÍTULO IV

##### Remoções

#### Artigo 33º

##### Remoção por vontade do titular

1. Para proceder à remoção de um domínio o seu titular ou a entidade administrativa deverá, utilizando as suas credenciais de acesso, solicitá-lo *on-line* ou, em alternativa, enviar, por escrito, um pedido nesse sentido, para os contactos indicados no artigo 7º.

2. Sempre que a remoção seja solicitada pela entidade administrativa, é dado conhecimento por correio eletrónico ao titular, que se poderá opor à mesma no prazo de 8 (oito) dias a contar da referida notificação.

3. A remoção do domínio não confere o direito a qualquer reembolso.

#### Artigo 35º

##### Remoção

Um domínio é removido quando haja uma das seguintes situações:

- Perda do direito ao uso do domínio, designadamente por força de decisão arbitral ou judicial;
- Cessação da atividade do titular que seja pressuposto da atribuição do domínio, nas hierarquias em que tal seja aplicável;
- Verificação do previsto no n.º 4 do artigo 24.º;
- Houver insuficiência e/ou incorreção dos dados fornecidos, impedindo que se estabeleça contacto com os responsáveis do domínio;



- e) Não for acionado o mecanismo de renovação do domínio;
- f) Não houver oposição por parte do titular à intenção de remoção da entidade administrativa conforme o n.º 2 do artigo 34.º.

#### Artigo 36º

#### Notificação

1. O titular e a entidade administrativa é notificada sobre os motivos atinentes à remoção do domínio, a qual se efetivará 8 (oito) dias úteis após o envio do referido correio electrónico, salvo no caso previsto onde a remoção é imediata.
2. Nos casos de expiração não existirá a notificação prevista no número anterior, verificando-se aquela automaticamente.
3. Nos casos previstos no n.º 4 do artigo 24.º a remoção opera-se de imediato, não correndo o prazo previsto no n.º 1.

#### Artigo 37º

#### Prática Reiterada de Registos Abusivos

1. Sempre que se detecte a existência de uma prática reiterada de registos abusivos de nomes de domínio, pode, colocar os nomes de domínio em causa no estado provisório para eliminação, ficando os mesmos suspensos até decisão de reativação ou remoção definitiva.
2. Considerar-se-á que existe uma prática reiterada de registos especulativos e abusivos de nomes de domínio por parte de um titular quando se verificar uma prática de açambarcamento de nomes de domínio ou estes tiverem sido registados com o fim de perturbar a atividade de terceiros ou de forma a atrair os utilizadores da Internet gerando neles erro ou confusão sobre a sua titularidade.
3. A entidade administrativa é notificada dos motivos atinentes à suspensão dos domínios.
4. Os domínios ficam suspensos pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos quais os titulares de direitos anteriores poderão solicitar o seu registo, publicando em [www.dns.cv](http://www.dns.cv) a lista dos domínios suspensos neste âmbito.
5. Findo o prazo referido no número anterior e no caso dos nomes de domínio não reclamados legitimamente, é reactivado os mesmos em nome do titular inicial.

#### CAPÍTULO V

#### Responsabilidade

#### Artigo 38º

#### Responsabilidade do Titular do Domínio

1. O titular de um domínio assume total responsabilidade pela escolha do nome solicitado, devendo assegurar que o mesmo não contende, designadamente, com direitos de propriedade intelectual de outrem ou com quaisquer outros direitos ou interesses legítimos de terceiros.
2. O titular obriga-se com o registo do domínio à integral observância das regras previstas no presente regulamento e na legislação em vigor.

#### Artigo 39º

#### Responsabilidade da ANAC

1. A ANAC, enquanto entidade competente pelo registo e gestão de domínios .cv, promove a correta manutenção do espaço de nomes de domínio na sua vertente administrativa, jurídica e técnica.
2. A responsabilidade contratual da ANAC, designadamente a resultante de processos de alteração, expiração e remoção de domínios é limitada aos casos em que se verifique dolo ou culpa grave.

<https://kiosk.incv.cv>

#### CAPÍTULO VII

#### Arbitragem

#### Artigo 40º

#### Arbitragem Voluntária Institucionalizada

1. Em caso de conflito sobre nomes de domínios, os titulares dos mesmos, podem comprometer-se a recorrer à arbitragem voluntária institucionalizada, prevista e regulamentada na Lei 76/VI/2005, de 16 de Agosto.
2. Aquando de um registo de um nome de domínio, o titular pode subscrever a convenção de arbitragem relativa à resolução de conflitos sobre nomes de domínio, designando para o efeito o Centro de Arbitragem, a ser criado por Portaria de Ministério de Justiça, conforme previsto no artigo 4.º do Decreto-Regulamentar n.º 8/2005, de 10 de Outubro.
3. O procedimento de arbitragem consta de Regulamento do Centro de Arbitragem e da legislação em vigor sobre a matéria.
4. A arbitragem referida nos números anteriores aplica-se a situações de não conformidade relativamente a um nome de domínio e pode ser requerida por qualquer interessado:

- a) Contra o titular do nome de domínio objeto da arbitragem; ou
- b) Contra a ANAC, pela remoção ou aceitação de registo de um nome de domínio;

#### Artigo 41º

#### Procedimento Cautelar

1. Sempre que o requerente na acção de arbitragem mostre fundado receio de que outrem cause lesão grave e dificilmente reparável ao seu direito, pode requerer a suspensão temporária do nome de domínio em conflito, de forma a assegurar a efetividade do direito ameaçado.
2. A decisão do tribunal arbitral que defira a providência cautelar é notificada à ANAC que suspenderá o nome de domínio com indicação das razões até decisão final da acção de arbitragem.

#### Artigo 42º

#### Crítérios de Arbitragem Voluntária Institucionalizada

1. No caso de a acção ser proposta contra o titular do registo cujo nome de domínio seja objecto da arbitragem, a decisão que venha a dirimir os presentes litígios, pode consubstanciar-se na manutenção da situação inicial ou na remoção e/ou transferência da titularidade do nome de domínio.
2. Para efeitos do previsto no número anterior, o árbitro deverá proceder à análise, avaliação e verificação do cumprimento das seguintes disposições cumulativas:
  - a) O nome de domínio é coincidente, idêntico ou suscetível de gerar confusão com um nome ou designação protegida nos termos de disposição legal em vigor a favor do requerente do processo de arbitragem;
  - b) O nome de domínio foi registado sem ter por base quaisquer direitos ou interesses legítimos anteriormente adquiridos pelo seu titular;
  - c) O nome de domínio está registado ou está a ser utilizado de má-fé.
  - d) Para efeitos de aferição da existência de má-fé, poderão, entre outros, constituir prova os seguintes factos ou circunstâncias:
    - i) O nome de domínio foi registado ou adquirido tendo em vista a sua posterior venda ao requerente;

F17C29A0-DAB8-48F8-930F-6683356BB99E



- ii) O nome de domínio foi registado prioritariamente com o fim de perturbar as atividades profissionais do requerente;
- iii) O nome de domínio foi intencionalmente utilizado para atrair os utilizadores da Internet, na busca de ganhos comerciais, para o sítio web do requerido;
- iv) O nome de domínio é composto por um ou mais nomes próprios ou pela combinação de um nome próprio com um apelido do requerente.

3. No caso de a acção ser proposta contra a ANAC a decisão que venha a dirimir os presentes litígios pode consubstanciar-se na obrigação da ANAC remover um nome de domínio indevidamente aceite ou aceitar o registo de um nome de domínio que tenha sido indevidamente recusado.

4. Para efeitos do previsto no número anterior, o árbitro deverá proceder à análise, avaliação e verificação do cumprimento das disposições legais e regulamentares sobre a composição de nomes de domínio, nomeadamente se existe violação das normas que proíbem que o nome de domínio .cv corresponda a palavras ou expressões contrárias à lei, à ordem pública ou aos bons costumes, a qualquer nome de domínio de topo da Internet, existente ou em vias de criação, a um nome de âmbito geográfico e cuja titularidade não seja da autoridade administrativa competente para esse registo. O nome de domínio nas diversas hierarquias de .cv deve ainda corresponder às normas de legitimidade e base de registo previstas no presente regulamento relativamente a cada uma.

#### CAPÍTULO VIII

#### Disposições finais e transitórias

##### Artigo 43º

##### Entrada em Vigor

1. O presente regulamento aplica-se a partir do dia 01 de Janeiro de 2015.
2. As regras resultantes da presente revisão não se aplicam aos processos pendentes à data da sua entrada em vigor.
3. Nenhuma alteração a qualquer ponto das regras poderá afectar o registo de um domínio efetuado no âmbito das regras anteriores.
4. Não serão aceites novos registos nas seguintes hierarquias .net.cv, .pub.cv, .int.cv e .nome.cv, após a entrada em vigor do presente regulamento.
5. Os domínios registados à luz de regulamentos anteriores nas hierarquias identificadas no número anterior mantêm-se inalterados.

##### Artigo 44º

##### Período de Transição

1. Por forma a permitir aos titulares de direitos anteriormente constituídos, nomeadamente organismos públicos, firmas e denominações sociais, marcas, nomes de estabelecimento, logotipos, direito de autor e nomes profissionais, literários ou artísticos, durante os primeiros 45 (quarenta e cinco) dias de vigência do presente Regulamento (período de transição), apenas podem ser registados diretamente sob .cv os nomes de domínio que obedeçam ao disposto no número seguinte.
2. O nome de domínio registado no período de transição indicado no número anterior deve coincidir:
  - a) Integralmente com o sinal constante do título que serve de base ao direito anterior;
  - b) No caso de designações de organismos públicos, e dos nomes e firmas de pessoas coletivas, o nome do domínio poderá coincidir integralmente com estes ou com as suas abreviaturas ou acrónimos desde que constantes do título que serve de base ao direito anterior;
3. Para garantir a conformidade do disposto neste artigo, aplicar-se-á durante este período aos registos diretamente sob .cv o previsto no artigo 24º.

4. Findo o prazo previsto no n.º 1 entrarão em vigor sem restrições as regras previstas neste regulamento para o registo de nomes de domínios .cv.

##### Artigo 45º

##### Reserva de Domínios

A ANAC poderá proceder à reserva de domínios .cv, nos casos em que tal se imponha por razões de ordem técnica, de boa gestão do espaço de nomes nacional ou de cumprimento de compromissos legais ou contratuais, designadamente, os firmados com entidades internacionais que operam nesta área.

##### Artigo 46º

##### Avaliação

Sem prejuízo da imediata introdução no presente regulamento das modificações que se forem justificando, será a aplicação do mesmo objecto de avaliação global periódica, tendo em vista a eventual revisão.

#### ANEXO II

#### Política WHOIS do Domínio de Topo .CV

##### 1. Política de Privacidade

##### 1.1. Processamento de dados pessoais

A política WHOIS e processamento de dados pessoais do Domínio de Topo de .cv obedece ao disposto na legislação aplicável, nomeadamente a legislação relativa à proteção de dados pessoais, prevista na Lei n.º 41/VIII/2013, de 17 de Setembro.

Ao registar um Nome de Domínio e ao aceitar os Termos e Condições Contratuais insertas na Declaração de Responsabilização o Titular do Registo (*Registrant*) autoriza o Serviço de Registo de Domínios de .cv a processar dados pessoais e outros dados necessários à utilização do sistema de Nomes de Domínio .cv.

Com o registo do domínio, o titular autoriza que os dados relativos ao domínio registado, bem como os contactos respectivos, sejam colocados em suporte informático e divulgados, salvo nos seguintes casos:

- Se tiver recebido instruções de uma autoridade judicial, no desempenho das respectivas competências;
- Mediante pedido do Centro de Arbitragem a ser criado, nos termos das suas competências e do Regulamento de Registo de Nomes de Domínios, capítulo VII;
- Conforme estabelecido no ponto 2 (funcionalidade de pesquisa WHOIS) do presente documento.

O Titular tem o direito conferido por lei de se opor a esta divulgação, devendo neste caso informar por escrito a ANAC dessa intenção.

O Titular tem o direito de aceder aos respetivos dados pessoais e alterar ou solicitar as devidas correções, caso se verifiquem erros.

O Titular do Registo assume o compromisso de informar de imediato a ANAC, directamente ou via Agente de Registo (*Registrar*) caso se verifique qualquer alteração no nome, endereço, endereço de correio eletrónico, número de telefone. A insuficiência ou incorreção dos dados fornecidos que impeça o contacto é causa de remoção do nome de domínio (artigo 45º do Regulamento de Registo de Domínios)

##### 1.2. Informações recolhidas para utilização interna

Os dados pessoais que se seguem serão recolhidos para utilização interna do Serviço de Registo (salvo se estiverem também disponíveis na funcionalidade de pesquisa WHOIS constante do ponto 2):

- Nome completo do Titular do Registo (*Registrant*);
- Nome completo da Entidade Administrativa (*Registrar*);



1864000 003725



- Nome completo do Responsável Técnico;
- Morada de todos os contactos;
- Endereço de correio eletrónico de todos os contactos;
- Número de identificação fiscal da Entidade Administrativa (Registrar);
- Número de telefone de todos os contactos;
- Número de fax (opcional) de todos os contactos;
- Opção tomada relativamente à Arbitragem Voluntária Institucionalizada.

## 2. Funcionalidade de Pesquisa WHOIS

### 2.1. Introdução

Princípios de transparência e interesse público requerem que o serviço de registo de domínios de .cv disponibilize uma funcionalidade de pesquisa WHOIS que, ao escrever um nome de domínio .cv, permita encontrar informações sobre aspetos administrativos e técnicos de contactos do nome de domínio.

Quando é registado um Nome de Domínio, as informações relacionadas com esse registo são incluídas numa base de dados WHOIS, em conformidade com as normas definidas abaixo. As informações recolhidas incluem as informações de contacto do titular do registo, da entidade administrativa (Registrar) e do responsável técnico envolvidos e detalhes sobre os servidores de nome aos quais o serviço de registo de domínios .cv delega autoridade relativamente ao Nome de Domínio.

Ao aceder ao [www.dns.cv](http://www.dns.cv) e escrever o nome de domínio na funcionalidade de pesquisa, é possível aceder à informações sobre esse nome e sobre os respetivos contactos em conformidade como definido neste documento.

### 2.2. Finalidade

A finalidade da base de dados WHOIS, conforme definido no artigo 36º do Regulamento de Registo de Domínios de .cv, consiste em fornecer informações exatas e atualizadas sobre dados dos contatos e técnicos referentes a nomes de domínio .cv e que permitam uma correta associação dos mesmos.

### 2.3. Identificação dos Contactos dos Domínios de .cv

As entidades que solicitam o registo de um Nome de Domínio .cv, fornecem os seguintes dados: nome completo; morada; endereço de correio eletrónico; número de contribuinte (só obrigatório para a Entidade Administrativa); número de telefone; número de fax (opcional); opção tomada relativamente à Arbitragem Voluntária Institucionalizada.

### 2.4. Informações publicadas em WHOIS

A disponibilização destes dados pessoais na Internet está a coberto da devida autorização da Comissão Nacional de Proteção de Dados Pessoais – CNPD, aprovado pela Lei n.º 42/VIII/2013, de 17 de Setembro.

Ao registar um Nome de Domínio e ao aceitar os Termos e Condições Contratuais inseridas na Declaração de Responsabilização, o Titular do Registo (*Registrant*) autoriza o Serviço de Registo de Domínios de .cv a processar dados pessoais e outros dados necessários com vista à disponibilização dos mesmos na Internet: Nome do domínio; Data de Submissão; Data de Expiração; Estado; Nome, morada e endereço eletrónico do Titular; Nome e Endereço eletrónico da Entidade Administrativa e Responsável Técnico e Informação do servidor de nomes.

Todas as restantes informações recolhidas apenas serão mantidas para utilização interna, em conformidade com o ponto 1.2. Estas informações não serão divulgadas a terceiros, salvo o disposto em 1.1.

## 2.5. Impedir a utilização incorreta do serviço WHOIS

Os dados fornecidos pelo serviço *Whois* podem ser acedidos através de ferramentas cliente *Whois*, por linha de comandos ou através da utilização de uma funcionalidade baseada em ambientes *Web*.

Para impedir a utilização incorreta do serviço *Whois* disponibilizado pela ANAC, o Serviço de Registo executa os seguintes passos:

- As pesquisas são limitadas a um único critério, o domínio. Deste modo não é possível pesquisar por exemplo por: nome, endereço de correio eletrónico, endereço, nem números de fax ou telefone.
- Não é permitida uma conduta de utilização abusiva do serviço de *Whois*, com base no volume de consultas por origem (endereço IP). Serão mantidos dados sobre todas as consultas de *Whois* de forma a permitir detectar e atuar em situações que se revelem de uso excessivo;
- Por conduta de utilização abusiva do serviço *Whois*, entende-se o máximo de 1.000 consultas num período diário de 24 horas, por origem (endereço IP);
- Em situações de uso excessivo, poder-se-á efetuar a suspensão do serviço de *Whois* para o endereço IP de origem através do qual foi perpetuada a utilização abusiva;
- A suspensão será prolongada por 24 horas adicionais, por cada episódio sucessivo;
- Estão automaticamente excluídas consultas a domínios fora do âmbito do Serviço de Registo de .cv (por exemplo .com). Nestes casos, o serviço de *Whois* responde com a indicação de pesquisa inválida, sem proceder a qualquer pesquisa adicional.

O Conselho de Administração da Agência Nacional das Comunicações, *David Gomes* – Presidente, *Carlos Lopes Silva* – Administrador, *Valmiro Segredo* - Administrador

# PARTE G

## MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ

### Câmara Municipal

Rectificação nº 47/2014

Por ter sido publicada de forma inexacta no *Boletim Oficial* nº 39, II Série de 8 de Junho de 2012, rectifica-se na parte que interessa.

Onde se lê:

Ana Maria Ramos dos Santos, assistente administrativo, referência 6, escalão C, reclassificada para a categoria de técnico profissional 1º nível, referência 8, escalão A.

Deve ler-se:

Ana Maria Ramos dos Santos, assistente administrativo, referência 6, escalão C, reclassificada para a categoria de técnico profissional 1º nível, referência 8, escalão B.

Câmara Municipal de Santa Cruz, aos 29 de Maio de 2014. – O Secretário Municipal, *Emílio Gomes Sanchez*.